

Versão Online ISBN 978-85-8015-093-3
Cadernos PDE

VOLUME I

OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE
NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR PDE
Artigos

2016

DIREITOS HUMANOS, DEMOCRACIA E PAZ COMO MOMENTOS DE UM MESMO MOVIMENTO PARA O EXERCÍCIO PLENO DA CIDADANIA: diálogos reflexivos a partir do pensamento de Norberto Bobbio

Ana Paula Barbosa*
Delcio Junkes**

RESUMO

Com o objetivo de que os estudantes investigassem, refletissem e discutissem filosoficamente sobre as relações entre cidadania e direitos humanos e suas ligações com os conceitos de paz e democracia, este artigo tomou como referência teórica Norberto Bobbio e a relação intrínseca e necessária que ele estabelece entre direitos humanos, democracia e paz. Entendeu-se que essa relação guarda valores éticos e é condição para o exercício pleno da cidadania. Assim, as reflexões e discussões aqui apresentadas pretendem mostrar que os educandos desenvolveram argumentos para promoção de medidas e ações que os tornassem mais ativos no exercício da cidadania e no respeito efetivo aos direitos humanos, fortalecendo atitudes democráticas e promovendo uma cultura de paz, por meio de comunidades de investigação. Pelo diálogo reflexivo, realizado na comunidade de investigação, o discente pôde elaborar ideias de maneira colaborativa, interativa e atuante com seus colegas e professores a fim de se colocar no lugar do outro quando manifestava seus pensamentos e era ouvido e respeitado ou precisava negociar suas contribuições e divergências, para perceber que sua atitude devia corresponder ao mesmo respeito com os demais, numa prática de ações positivas de cidadania, respeito aos direitos e desenvolvimento da democracia e da paz.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Democracia. Paz. Cidadania. Comunidade de Investigação.

INTRODUÇÃO

Uma análise de diferentes sociedades e/ou estratos sociais demonstra haver um processo de marginalização da cidadania quando não se veem respeitadas questões básicas pertinentes aos direitos da pessoa, afetando sua condição de cidadão.

Norberto Bobbio (2004, p. 21), referencial teórico das reflexões e discussões sobre o tema, apregoa que direitos do homem, democracia e paz são três momentos necessários do mesmo movimento histórico: sem direitos do homem reconhecidos e protegidos, não há democracia, não existem as condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos.

* Graduação pela Universidade Federal do Paraná, Bacharel e Licenciada em Filosofia. Pós graduação em Filosofia e Psicanálise (UFPR), Psicopedagogia (PUCPr) e Arte, Educação e Terapia (São Braz). Professora concursada da Rede Estadual de Ensino do Paraná.

E-mail: nanashue@hotmail.com

** Graduação e Mestrado em Filosofia pela PUC de Campinas. Doutorado em Filosofia pela Universidade Federal de São Carlos. Professor do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

E-mail: delcijojunkes@hotmail.com

Com base nessa tese, refletiu-se com o 2º ano do Ensino Médio sobre o exercício da cidadania do ponto de vista da necessária garantia dos direitos. Uma garantia que é condição para o desenvolvimento da desejada sociedade democrática e da almejada paz. O tema que se propôs trabalhar encontra na Filosofia uma área propícia para discutir e, porque não, desenvolver atitudes de paz, cidadania e respeito aos direitos de cada um, colocando a teoria em prática.

Partiu-se da seguinte problematização: embora haja mecanismos e instrumentos legais, como as Constituições e a própria Declaração Universal dos Direitos Humanos, que reconheçam a cada indivíduo a condição de cidadãos, não se pode dizer que exista um exercício efetivo da cidadania diante da exclusão social, cultural, econômica. Há, pois, uma diferença entre ter estabelecida a condição de cidadão e ser cidadão de fato, isto é, aquele que tem acesso amplo e irrestrito aos meios que lhe asseguram a realização da cidadania. Pode-se entender esses meios como sendo os direitos humanos? Em que medida, então, o exercício pleno da cidadania depende da garantia e efetivação dos direitos humanos, com base na ideia de Norberto Bobbio, que defende a relação intrínseca e necessária entre direitos humanos, democracia e paz?

Abriu-se ao diálogo reflexivo, que constitui a disciplina filosófica, instaurando comunidades de investigação, adaptadas para o Ensino Médio a partir do programa de Filosofia para Crianças, de Mathew Lipman, que propõe transformar a sala de aula em uma comunidade de investigação filosófica, como opção metodológica para o desenvolvimento da investigação sobre a relação entre cidadania, direitos humanos, democracia e paz.

A RELAÇÃO ENTRE DIREITOS HUMANOS, DEMOCRACIA E PAZ COMO CONDIÇÃO PARA O EXERCÍCIO PLENO DA CIDADANIA DISCUTIDA EM DIÁLOGOS REFLEXIVOS À LUZ DO PENSAMENTO DE NORBERTO BOBBIO

Norberto Bobbio (1909-2004), autor italiano renomado na discussão sobre o tema dos Direitos Humanos, esclarece a relação entre direitos humanos, democracia e paz. Em sua obra “A Era dos Direitos”, o autor vê na paz o pressuposto do reconhecimento e proteção dos direitos do homem. É preciso haver paz para que os direitos se cumpram. “A paz, por sua vez, é o pressuposto necessário para o reconhecimento e a efetiva proteção dos direitos do homem em cada Estado e no

sistema internacional.” (BOBBIO, 2004, p. 21). A paz garantida, maior a possibilidade de efetivação dos direitos humanos. Simultaneamente, reconhecidos, protegidos e ampliados os direitos humanos, é possível a democratização e a paz se realizarem, pois a democracia é o caminho para a busca da paz: “a democracia pode ser definida como o sistema de regras que permitem a instauração e o desenvolvimento de uma convivência pacífica.” (BOBBIO, 1997, p. 156).

Vislumbra-se, então, um círculo virtuoso na relação entre democracia, direitos humanos e paz. Se a paz é pressuposto e garantia do reconhecimento e da proteção dos direitos humanos, ela também pode ser entendida como resultado dessa garantia. Garantir direitos é garantir paz; o que só pode ser assegurado numa sociedade constituída sob as bases da democracia. “O próprio conceito de democracia é inseparável do conceito de direitos do homem”. (BOBBIO, 2004, p. 114). Celso Lafer (In: Bobbio, 2004) descreve que é mediante a relação entre a paz e os direitos humanos que, para Bobbio, se instaura a perspectiva da cidadania como princípio da governança democrática. Se se quer viver numa democracia, precisa-se instituir uma cultura de paz que permeie a proteção e o asseguramento dos direitos do homem, diretamente proporcionais ao exercício da cidadania. Logo, garantir direitos é garantir paz e também cidadania. E a partir da paz, e só dela, é possível se falar em democracia.

Os direitos humanos são consagrados e declarados sob valores éticos e humanitários como liberdade, justiça e paz, presentes no reconhecimento da dignidade humana, da igualdade e inalienabilidade de seus direitos.

Os valores morais permeiam a questão dos direitos humanos, da cidadania e da constituição da democracia e da paz. É a efetivação dos direitos que asseguram a cidadania em seu sentido pleno, a paz e a constituição da democracia e essa efetivação só se dá por meio de atitudes de respeito aos direitos, atitudes que são eminentemente éticas. Herbert de Souza (2005) dá luz à questão quando argumenta que a cidadania perpassa por questões éticas de foro humano, de respeito e valorização do outro, isto é, de não indiferença em relação à miséria, à fome, à violência, à injustiça que se abate sobre o outro. Ser cidadão é saber-se dotado de direitos e seus correspondentes deveres, contudo também é saber que o seu semelhante é um ser de direitos e deveres. Ao tratar da reciprocidade entre direitos e deveres, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, em seu artigo XXIX, demonstra essa perspectiva, podendo-se extrair de sua resolução que

“as pessoas devem usufruir dos direitos consagrados pela Declaração Universal e de outros direitos que decorrem de uma ordem democrática. Mas o gozo desses direitos impõe às pessoas também o cumprimento de deveres para com a comunidade.” (HERKENHOFF, 1998, p. 284).

Vê-se que falar de direitos é também falar de deveres. “A cada direito corresponde um dever [...]. Os direitos também constituem deveres. Lutar pelos direitos é um dever. Se temos direitos haveremos de respeitar os direitos alheios.” (HERKENHOFF, 1998, p. 286). Também em Bobbio, (2004, p. 73): “pode-se dizer que direito e dever são como o verso e reverso de uma mesma moeda.” E ainda diz o autor: “a primazia do direito não implica de forma alguma a eliminação do dever, pois direito e dever são dois termos correlatos e não se pode afirmar um direito sem afirmar ao mesmo tempo o dever do outro de respeitá-lo.” (BOBBIO, 2004, p. 225).

A sociedade que não se constrói sobre princípios éticos está fadada à autodestruição e, portanto, não se constituem os direitos nem a democracia e nem a paz. Se a sociedade ideal se guia pela ética, como diria Herbert de Souza (1994), é nos valores e princípios éticos que a cidadania e a democracia vão ser consolidadas e com elas os direitos humanos serão respeitados e se dará a paz.

A interligação dos três temas, direitos humanos, democracia e paz, em Bobbio, ecoa na Filosofia contemporânea como um assunto de extrema relevância para uma época em que se discute questões sobre a possibilidade da paz no plano mundial em face ao terrorismo e à ameaça das armas nucleares. A cultura da paz perpassa por valores dialógicos que encontram no caráter também dialógico da Filosofia sua aliada, daí a importância da filosofia em tratar desse tema. E é no conceito e na metodologia de comunidade de investigação que está o aporte para a reflexão do tema.

A comunidade de investigação se funda no diálogo, na confiança e no respeito entre seus membros que estabelecem os próprios procedimentos de pensamento e comportamento. Esses procedimentos capacitam seus membros (os estudantes) a solucionarem problemas que são levantados pela comunidade e por ela pensados e investigados com autonomia. Assim, pois, a comunidade precisa empenhar-se num trabalho conjunto para definir, refletir, articular e criar o que consideram desejável, válido, relevante tanto do ponto de vista cognitivo quanto do ponto de vista ético e social (SPLITTER & SHARP, 1999). O espaço da sala de aula convertido em comunidade de investigação passa a ser um lugar de investigação e produção do conhecimento, não mais o lugar de recepção ou transmissão do saber,

e se pauta no desenvolvimento de aulas dialógicas, baseadas em discussões reflexivas e argumentativas, onde a troca de ideias, o ouvir, as negociações e o respeito favorecem uma cultura de paz e democracia no ambiente de produção de ideias, colocando a teoria em prática.

O diálogo em uma comunidade de investigação não consiste em uma conversação qualquer. É uma conversação estruturada, onde os participantes estão engajados no tipo de pensamento e investigação que estão sendo realizados e buscam “chegar à verdade das coisas” embora estejam abertos ao questionamento. Segundo Lipman (1995, p. 342), “as comunidades de investigação caracterizam-se pelo diálogo que é disciplinado pela lógica. [...] as ações que são feitas a fim de que se possa seguir o argumento para onde este conduz são atos lógicos [...]”. São condições para o diálogo reflexivo (SPLITTER & SHARP, 1999, p. 53):

- 1) conversação estruturada focada em um tópico ou questão problemática ou contestável;
- 2) conversação autocorretiva – os participantes são preparados para questionar visões e motivos apresentados pelos outros e rever sua própria posição em resposta a perguntas ou contraexemplos vindos do grupo;
- 3) conversação com estrutura igualitária – independente dos pontos de vista diferentes, todos os participantes devem mostrar que valorizam igualmente a si e aos outros pelo que dizem;
- 4) conversação guiada por interesses mútuos dos membros.

A investigação deve ser por si só dialógica. “O diálogo está no âmago de toda investigação” (SPLITTER & SHARP, 1999, p. 13), “(...) é intrínseco à comunidade de investigação” (idem, p. 52). O processo de discussão, investigação e reflexão filosóficas, por meio do diálogo reflexivo, faz com que o aluno possa ler e compreender melhor o que acontece ao seu redor e possa elaborar ideias cada vez mais fundamentadas acerca de tudo que lhe é apresentado. A sala de aula como comunidade de investigação é um ambiente onde as pessoas aprendem a falar umas com as outras e a reconhecer e incorporar diferentes perspectivas de mundo. Assim, a comunidade de investigação é constituída por formas recíprocas de comunicação – que encerram o conceito de grupo cooperativo, pois as ideias e pensamentos tornam-se acessíveis e compartilhados entre todos os membros da comunidade.

Por meio da educação e, mais especificamente, de uma comunidade de investigação filosófica, pode-se começar a estabelecer essa relação fundamental, afirmada por Bobbio, entre direitos humanos, democracia e paz. Concordando com Splitter e Sharp (1999), conhecimento, valores e bom pensamento não são materiais

transmitidos, mas construídos a partir da investigação sistemática e colaborativa. Daí a perspectiva de transformar a sala de aula numa comunidade de investigação filosófica que foque a prática pedagógica numa formação pautada no bem pensar (o pensar crítico) e no comportamento ético e democrático. Lipman assinala essa interrelação – bem pensar ou pensar crítico e democracia, proporcionados pela constituição de uma comunidade de investigação: “O pensar crítico melhora a capacidade de raciocínio e a democracia requer cidadãos raciocinantes, portanto, o pensar crítico é um meio necessário se nossa meta for uma sociedade democrática.” (LIPMAN, 1995, p. 354). O cidadão precisa ser educado para desenvolver atitudes pacíficas e de respeito aos direitos de cada um promovendo transformações sociais e subjetivas. Uma cultura de direitos, democrática e de paz depende da aprendizagem e só é efetivada por meio da Ética e seus valores. Respeito, solidariedade, responsabilidade, justiça, não violência, diálogo, compromisso com a coletividade são valores que precisam ser aprendidos e desenvolvidos em situações reais, por meio de experiências, convivência prática e reflexão e a partir do desenvolvimento de uma capacidade de autonomia moral, ou seja, da capacidade de analisar e decidir por valores de modo consciente e livre para si mesmo a fim de agir de acordo com esses valores que eleger para si. (LODI E ARAÚJO. In: MEC. **Ética e Cidadania**, 2007).

Essa coerência e decisão por valores se dá no ensino ético. É pelo ensino de uma ética que podemos transformar as ações e mesmo uma cultura, difundindo outros valores e atitudes. Como diz Herbert de Souza (1994, p. 28): “O que decide o destino de um país é sua cultura. (...) O que define o futuro de um país são suas propostas de humanidade”.

A comunidade de investigação em sala de aula promove um ambiente para o desenvolvimento da cognição, mas também para o desenvolvimento de ações éticas e democráticas. Conforme Splitter e Sharp (1999), uma sala de aula transformada em comunidade de investigação seria um espaço de comunicação e comportamento ético e democrático entre os participantes onde eles criariam, refletiriam, modificariam ideias uns dos outros, conectados entre si por interesses mútuos a fim de seguir o rumo de uma investigação por meio de perguntas, respostas, hipóteses, ponderações e explicações que buscariam a profundidade de argumentos, sem medo de modificar ou corrigir pontos de vistas e raciocínios pessoais ou do grupo e até mesmo desistir de uma ideia se assim se desejar. Seria um espaço onde o

cuidado e o respeito pelas pessoas e suas ideias são cultivados e praticados; e a confiança se estabelece entre os seus membros, uma vez que se acredita que cada um depende do outro como apoio cognitivo e emocional e que todos vão observar os procedimentos de investigação e ser responsáveis pela direção do seu próprio pensamento. Numa comunidade de investigação o aluno é interlocutor no processo de investigação, que se faz coletivamente, colaborativamente, todos ensinam e aprendem uns com os outros. O sentido desse tipo de comunidade, porém, não se resume ao aspecto cognitivo, mas também é ético e político. A relação estabelecida entre seus membros para que haja o desenvolvimento da investigação deve basear-se no reconhecimento do outro como alguém que merece ser ouvido, respeitado e valorizado pelo que diz, pois é um parceiro na produção do conhecimento, na busca pela compreensão da realidade.

O espaço da comunidade de investigação é, portanto, um espaço de ensino-aprendizagem, um espaço de desenvolvimento de atitudes democráticas e um espaço que favorece o ambiente ético.

Num ambiente ético se respeitam os direitos humanos, se constrói a paz e se desenvolve a democracia – “(...) a democracia não sobrevive sem ética. É a ética que constrói a democracia” (HERBERT DE SOUZA, 1994, p. 52). Um exemplo disso são as escolas que evocam princípios éticos como respeito, solidariedade, justiça e diálogo, nessas escolas os estudantes participam da vida escolar e são estimulados pelos educadores criando um espaço democrático com características de cidadania plena e se dispendo a mudanças do ambiente (LODI E ARAÚJO. In: MEC. **Ética e Cidadania**, 2007), espaço esse que pode ser propiciado pela organização da sala de aula em uma comunidade de investigação. Essa prática revela a verdade que há no pensamento de Bobbio, segundo Lafer (In: Bobbio, 2004, ao mencionar a obra do mesmo autor *Dalla struttura ala funzione – Nuovi studi di teoria del diritto*, 1977.), que identifica nos direitos humanos a possibilidade da mudança social pelo estímulo ou desestímulo de comportamentos.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem torna todos os homens da Terra sujeitos de direitos e, como tais, cidadãos do mundo (cf. Bobbio, 2004). Essa condição de cidadania lhes garante o direito último de exigir o respeito aos direitos fundamentais. Uma exigência que se traduz no respeito coletivo e universal aos direitos humanos, a ponto de que o desprezo pelo direito de um indivíduo é o desprezo pelo próprio direito e tem como consequência não só o ataque ao direito

de um indivíduo, mas o ataque aos direitos de todos, podendo ser sentido em todo mundo – “a violação do direito ocorrida num ponto da Terra é percebida em todos os outros pontos” (Kant. APUD Bobbio, 2004, p. 137). Tal é a dimensão ética da discussão e realização dos direitos humanos, tal é a condição para que se torne possível a paz.

É fato que os direitos humanos não são adquiridos naturalmente nem nascem todos de uma vez. “Nascem quando devem ou podem nascer” (BOBBIO, 2004, p. 26), são uma construção histórica humana, fruto político de lutas e escolhas que requer, portanto, razão para pensar e transformar de acordo e em função das necessidades da convivência coletiva.

É papel da razão, uma razão crítica, optar pela paz, e não pela guerra; pela democracia, como princípio da governança; e pela promoção e assecuramento dos direitos humanos que garantam a sobrevivência, direitos à vida, às liberdades fundamentais, à educação e à saúde, à locomoção, à dignidade, direitos sociais básicos que incluam valores relacionados à igualdade, que é uma dimensão da paz social, e à liberdade, que permeia a governança democrática.

As Declarações que promanam os direitos do homem se não são garantia de sua proteção eficaz, são ao menos a opção racional da humanidade pela paz e pela democracia, “a consciência histórica que a humanidade tem dos próprios valores fundamentais” (BOBBIO, 2004, p. 53) e demonstram, segundo as palavras de Kant (In: Bobbio, 2004, p. 232), conceitos justos, grande experiência e boa vontade em ver realizados os direitos humanos fundamentais, a democracia e a paz.

1. Relato de Implementação – Fundamentação

Os estudantes participaram levantando questões sobre os Direitos Humanos. Por meio de questionamentos às suas opiniões, os discentes foram chegando a conclusões mais fundamentadas desde o problema da desigualdade social e econômica que pode gerar a não efetivação dos Direitos Humanos, até a discussão sobre a relação entre direitos e deveres, refletindo que sem o cumprimento dos deveres não há que se exigir direitos. Também foi discutido que existe uma relação ética a se considerar no debate sobre Direitos Humanos. Alguns educandos ainda levantaram questões mais conceituais sobre os direitos como a classificação deles em negativos e positivos ou direitos individuais e sociais.

Viu-se a necessidade de acrescentar ao conteúdo trabalhado uma fundamentação conceitual: a discussão sobre o que são Direitos Humanos; a diferença entre Direitos Humanos, Direitos Fundamentais e Direitos Sociais e a reflexão sobre o preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, seus considerandos e seus valores ético-jurídicos. Destacou-se também a relevância da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Apresentou-se, para análise, um texto jornalístico sobre a Guerra da Síria: *7 perguntas para entender a origem da guerra na Síria e o que está acontecendo no país*. Disponível no link: <http://www.bbc.com/portuguese/internacional-37472074>
Acesso em 29 set. 2016.

Para a discussão sobre o problema apresentado pela reportagem, os estudantes deveriam buscar elementos e informações sobre o assunto direitos humanos, democracia, paz e cidadania e argumentar sobre a relação entre as informações e o problema da violação dos direitos humanos e não instauração de sociedades plenamente democráticas onde não se estabelece a paz, o que, por conseguinte, impede o exercício amplo da cidadania. Na busca por esses elementos e informações percebeu-se que alguns dos educandos pesquisaram conceitos em outras fontes além da reportagem. Decidiu-se discutir em grande grupo, porque durante as pesquisas e leitura do texto jornalístico os discentes já discutiam suas reflexões em pequenos grupos.

Antes de iniciar a discussão, entendeu-se interessante tecer alguns comentários sobre o conceito de cidadania para melhor fundamentar a reflexão sobre o tema.

Os estudantes, então, passaram à discussão da relação entre a notícia da Guerra na Síria e o problema da violação dos direitos humanos e não instauração de sociedades plenamente democráticas onde não se estabelece a paz e o exercício da cidadania é impedido. Dentre as ideias levantadas, os discentes observaram:

a impossibilidade de uma sociedade em guerra ser democrática em razão da falta de respeito aos direitos humanos, ao direito do próximo; o fato de uma guerra ocorrer já decorre da ausência de prática da democracia e da cidadania e revela individualismo, preconceitos, desvalorização da vida, da paz e da segurança, impossibilitando a prática democrática e uma vida digna; guerras podem trazer resultados positivos economicamente para um país, mas para outro pode trazer miséria; uma atmosfera que viola direitos como a paz, a liberdade, a defesa da vida, segurança e proteção, justiça, solidariedade, não permite a existência da democracia; conflitos geram mais conflitos e o conseqüente desrespeito aos direitos humanos torna impossível a formação de valores como a paz e a solidariedade; o que a cidadania busca opõe-se totalmente à guerra – os direitos do cidadão de moradia, trabalho, saúde, são interrompidos pela guerra, justiça e leis são desrespeitadas e violadas; são violados os valores de paz, solidariedade, igualdade e fraternidade, liberdade, dignidade da pessoa humana e o conseqüente direito a seu desenvolvimento e realização integral, proteção legal

dos direitos, justiça, democracia, o respeito às divergências e aos diferentes; que a sociedade deveria entrar em um acordo para estipular leis com o objetivo de gerar um bem para todos, se quiser ser democrática.

Em relação ao conceito e às características de uma Comunidade de Investigação, procedeu-se à leitura e análise de texto^{*1} e vídeo² a fim de levar os estudantes a refletirem sobre os conceitos que precisariam conhecer, ações que precisariam realizar e atitudes que precisariam desenvolver para estabelecer a comunidade de investigação. Entre as respostas destacaram-se:

A) *Conceitos a conhecer*

É preciso conhecer os conceitos de diálogo reflexivo, de confiança e de respeito. Os conceitos de reflexão, articulação e criação de ideias precisam ser conhecidos. Deve-se também conhecer os conceitos de criticidade, de investigação, de argumentação, de pensamento sistemático e colaborativo.

B) *Ações a realizar*

Criar, refletir e modificar ideias uns dos outros; pensar criticamente (analisar profundamente todos os aspectos do objeto); levar à investigação através de perguntas, respostas, hipóteses, ponderações e explicações ou argumentos; modificar e corrigir pontos de vista e raciocínios pessoais ou do grupo e até mesmo desistir de uma ideia, se necessário; desenvolver um comportamento ético que favoreça relações democráticas; resolver todos os conflitos de ideias que aparecerem de maneira pacífica.

C) *Atitudes a desenvolver*

É preciso desenvolver confiança e respeito pelas ideias das pessoas e compreendê-las. Ter cuidado por elas e suas ideias. Compreender que cada um depende do outro como apoio cognitivo e emocional. Saber ouvir. Ter responsabilidade pela direção do próprio pensamento. Observar os procedimentos de investigação.

Os estudantes refletiram e discutiram com seus colegas, em uma comunidade de investigação, a problemática de se expor ideias e investigar conteúdos numa comunidade. Eis as ideias que levantaram acerca do assunto:

para não ficar na mera conversação é preciso trocar informações de maneira objetiva, trocar um conhecimento que tenho com o conhecimento que o outro tem. Ser objetivo é ir direto ao assunto, perguntar e responder, aprofundar no assunto, ter o objetivo de buscar conhecimento, buscar dados e de acordo com os dados produzir ou construir conhecimento a respeito do assunto, superando opiniões ao analisar as ideias, isto é, ao pensar, refletir, pesquisar, observar cada aspecto da ideia, conhecendo algo do assunto antes de discutir, ter base do conhecimento. As perguntas são importantes para sermos objetivos e buscar conhecimento, pois ao questionar o porquê aquilo acontece ou é daquele jeito, demonstramos não ter certeza da resposta, e então por isso é preciso pesquisá-la, estudá-la, analisá-la para formar ou construir uma ideia própria. A esse tipo de questionamento podemos chamar de questionamento filosófico se perguntamos sobre os fundamentos das coisas, quando perguntamos para refletir e investigar sobre um assunto buscando seus princípios, sua origem, seu fundamento. É um tipo de questionamento que nos leva a ser objetivos porque não “fica enrolando”, vai direto ao que interessa sobre o assunto, pergunta o que é fundamental para obter uma resposta sobre o que é fundamental. Através da análise de ideias, que consiste no processo de questionamento, pensar, refletir, pesquisar para estabelecer um diálogo

¹ SPLITTER, L. J. & SHARP, A. M. Uma nova Educação. A comunidade de investigação. 1999

² Programa Educare, de 2011, parte 2, sobre Filosofia para Crianças e Jovens, disponível no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=ioMvsl_Rq2U> Acesso em 27 set. 2016.

reflexivo podemos chegar a um acordo de ideias. Mas não é preciso chegar a um acordo de ideias para se ter um diálogo. O diálogo existe quando a gente sabe respeitar a ideia do outro e ouvir. Nem todo conhecimento que você tem o outro pode ter. E um diálogo é reflexivo quando supera o senso comum, com argumentos consistentes, quando se pensa sobre as ideias diferentes e pode-se até modificar a sua própria ideia, é um diálogo que se baseia na confiança e no respeito, que estabelece soluções de problemas, é um diálogo que produz reflexão, em que precisamos pesquisar sobre o assunto, analisá-lo para não permanecermos só com a nossa ideia, só a nossa opinião. O diálogo reflexivo permite criar, discutir e aprofundar ideias, argumentar e analisar se o argumento é bom, adequado ao assunto, consistente, repensar sobre ideias que já parecem certas, mas podem não ser. E se alguém disser algo que o grupo julgue como um argumento errado, irrelevante ou inconveniente, reflete-se sobre a ideia, porque é um diálogo reflexivo, e o grupo argumenta com outras ideias, podendo corrigir aquela que avalia como errada ou irrelevante. Somos responsáveis pela direção do nosso próprio pensamento. Para estabelecer um diálogo reflexivo e desenvolver uma investigação é preciso pesquisa, conhecimento, criar pensamentos, ideias, leitura, ser isento, estar disposto a largar suas premissas caso apareçam outras ideias mais coerentes e consistentes, confiança, respeito, compreender que cada um tem uma ideia, valorizar o conhecimento do outro, saber ouvir, responsabilidade de direcionar o próprio pensamento, saber que não será julgado ou desrespeitado por causa de sua ideia, saber que será ouvido. A gente pode desconstruir ideias e construí-las de novo, de um modo diferente. Investiga-se o que ainda não se conhece. A autocorreção é possível. Aprende-se com o que os colegas falam. Quem não tem ideia formada pode formar com a contribuição das ideias dos colegas.

Quando questionados sobre como o tema direitos humanos, democracia, paz e cidadania poderia ser discutido num diálogo reflexivo, os estudantes responderam:

é preciso se informar sobre o assunto, ler sobre o assunto para formar ideias, sair da opinião e discutir os fatos, analisar o assunto, aprofundar-se sobre o assunto através de pesquisa, descobrir o que são direitos, o que é democracia, cidadania e paz. Conhecer os conceitos e como eles se relacionam ou interferem uns nos outros. Praticando a dialética aristotélica, que se baseia no conhecimento do assunto para só então depois discutir sobre ele, superando suas próprias premissas básicas e não tendo como meta a competição, mas o conhecimento, a investigação.

Para a fundamentação e discussão sobre direitos humanos, democracia, paz, cidadania e as articulações e implicações desses conceitos com a Ética, foi realizada a leitura e análise discutida de um texto sobre a relação e as implicações da ética com os direitos humanos, a democracia, a paz e a cidadania. Esse trabalho e o texto tiveram como proposta levar os estudantes a refletirem, a fim já de reverem seus comportamentos e decidirem por melhores atitudes, procurando questionar o relativismo ético/moral exacerbado que vivemos hoje e que impede a construção de ideias e ações mais comprometidas com os princípios democráticos de solidariedade, igualdade, respeito e aceitação da diversidade, liberdade e participação.

Foi realizada também a leitura de um texto compilado a partir de duas obras de Norberto Bobbio: “A Era dos Direitos” e “O Futuro da Democracia”. Os estudantes deveriam, durante a leitura, observar os conceitos de democracia, direitos humanos e paz e como esses conceitos levam ao exercício pleno da cidadania e suas relações com a Ética, segundo o autor.

2. Relato de Implementação – Investigação e discussão sobre a temática em Comunidade de Investigação

Reunidos em uma comunidade de investigação, os estudantes se propuseram a investigar e discutir com seus colegas o que são direitos humanos, democracia, paz e cidadania e suas relações para o exercício da cidadania, bem como as implicações éticas dessas relações. Foi solicitado que argumentassem demonstrando que para o efetivo exercício da cidadania é preciso proteger os direitos humanos, desenvolver ações democráticas e promover a paz. Os estudantes destacaram:

o não cumprimento dos direitos humanos coloca em risco o exercício da cidadania e prejudica uma sociedade que pretende ser pacífica e democrática. Direitos humanos, paz e democracia estão intimamente relacionados e Bobbio define que a paz é a garantia da efetivação dos direitos humanos. A democracia é uma forma de participação popular que garantirá a cidadania, a partir do momento que os cidadãos se organizarem para exigir seus direitos. Há ética no discurso sobre os direitos humanos, pois os direitos são declarados sob princípios éticos ao reconhecerem a dignidade do outro e o dever de respeito e valorização do ser humano em suas diferenças e individualidades, afinal, somos todos seres humanos e como tais, não só merecemos, mas nos são devidos respeito e tratamento igualmente digno. Junto a essa consideração, precisamos perceber a importância dos deveres como fundamento dos direitos, uma vez que a cada direito corresponde um dever a ser cumprido para legitimar o direito a ser reivindicado. No governo democrático quem tem mais poder é o povo, através dele os candidatos (políticos) são eleitos; os princípios que regem a democracia são a defesa e a proteção da liberdade humana e da opinião da maioria sem ignorar a minoria; faz parte da democracia a proteção dos direitos humanos fundamentais – civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Para desenvolver uma cultura de paz e consolidar a política democrática, o exercício da cidadania deve ser ativa; e cidadão não é apenas quem exerce o seu direito de votar e ser votado, mas aquele que tem meios para exercer o voto de forma consciente e participativa, isto é, aquele cuja formação se pauta numa educação para a cidadania. Há uma necessidade urgente de eliminar a fome, a miséria, as guerras e todo tipo de exclusão que ameaçam a dignidade da pessoa humana, contrapondo a isso ações protetivas dos direitos, tais como o respeito, a solidariedade e a tolerância, e instituições fortes que assegurem o Estado Democrático de Direito, caracterizado pelo respeito às leis que garantem os direitos invioláveis do indivíduo, como as liberdades, a dignidade, a justiça e a igualdade.

3. Relato de Implementação – Avaliação

Um caderno de reflexões foi organizado com relatos dos estudantes sobre o processo de construção da comunidade de investigação, desde o momento da escolha do tema a ser objeto da investigação e suas razões, passando pela explicação teórica dos elementos e conteúdos que definem e configuram uma comunidade de investigação (conceito, características, objetivos), até a coleta de depoimentos auto avaliativos dos educandos sobre seus comportamentos e atitudes antes e depois da experiência da comunidade de investigação – o que aprenderam, que capacidades desenvolveram, que posicionamentos ou atitudes perceberam e/ou

ampliaram na participação em uma comunidade de investigação; e com produções de texto que resultaram das discussões nas Comunidades de Investigação, mostrando o trabalho e as construções cognitivas dos estudantes acerca das ideias sobre direitos humanos, democracia, paz e cidadania.

Sobre o relato do processo de construção da comunidade de investigação, os estudantes apresentaram as seguintes perspectivas:

para nos tornarmos seres realizadores da diferença na sociedade, necessitamos dos atos de pensar e refletir nos assuntos e temas do contexto social. Para realizar essas reflexões é preciso construir espaços como os gerados pela Comunidade de Investigação, onde haja confiança e respeito entre os membros e que estes acreditem e consigam definir quais seus pensamentos e comportamentos perante a sociedade. A Comunidade de Investigação cria e consolida seres pensantes, críticos e com criatividade, que constituem diálogos com argumentos fundamentados, reflexivos e não alienados ou aleatórios. A Comunidade de Investigação nos faz acreditar que somos agentes sociais capazes de estabelecer mudanças, mesmo que pequenas. Para participar de uma Comunidade de Investigação é preciso respeitar o ponto de vista do próximo, entender que cada um tem sua própria maneira de propor conceitos, fazer deduções e analisar de modos diferentes um mesmo assunto ou objeto, tornando, assim, indispensável nesses diálogos reflexivos a participação com ética e moderação ao ouvir o outro, para que se possa compreender e adquirir o hábito de expressar saberes sem denegrir o próximo e suas ideias. Um membro depende do outro. Se não houver relações pacíficas não haverá diálogo, mas conflitos que não resultam na produção do conhecimento. O processo de construção de uma Comunidade de Investigação começa na escolha do tema proposto, que deve ser de interesse geral da comunidade. A identificação das ideias, a concepção das necessidades e as aspirações desta comunidade devem ser discutidas pelos membros para a escolha do tema. O trabalho numa Comunidade de Investigação deve ser conjunto para definir, refletir e articular sobre o que é sólido e importante para os membros, tanto do ponto de vista do conhecimento, levantamento de problemas e soluções como do ponto de vista do comportamento social e ético. A Comunidade de Investigação é fundamentada na democracia e na ética e isso leva a um diálogo saudável, no qual todos participam expondo suas ideias e não perdendo o respeito mesmo ouvindo ideias diferentes das suas. O importante é aprender a ouvir sem agredir. A Comunidade de Investigação serve de apoio para a efetivação da cidadania e democracia, pois através das discussões seus participantes podem observar a sociedade de forma mais crítica e assim fazer ainda mais coisas para efetivar a democracia e a cidadania. Na Comunidade de Investigação desenvolvem-se as habilidades e competências dos participantes para o processo do diálogo. Ela nos leva a investigar através de perguntas, hipóteses, respostas e explicações, argumentos. Desta maneira, o diálogo pode e deve ir além da sala de aula. Nós passamos a questionar e discutir os assuntos com as pessoas de nosso convívio, porque aprendemos a observar o mundo em que vivemos para criar nossos próprios conceitos. Uma das principais características da pessoa que investiga é a autocorreção. O objetivo seria considerar a sala de aula não como um lugar de mera transmissão de saber, mas um lugar onde os alunos seriam instigados ao saber e trabalhariam em comunidade sobre um tema. Ao aprender sobre democracia podemos compreender e evoluir nossa mentalidade e melhorar o relacionamento das pessoas. A Comunidade de Investigação é preciosa para esse objetivo, ela é feita para discutir e, talvez, unir pontos de vista (consenso) diante de uma solução para o problema. Nesse sentido, podemos melhorar nosso ponto de vista sobre as coisas com a discussão ou diálogo, elaborando experiências para explorar ideias, oferecendo estímulos para que sejam desenvolvidas e possivelmente modificadas as ideias iniciais. Uma Comunidade de Investigação é uma exposição de ideias, uma investigação de conteúdo em que o indivíduo precisa possuir uma base de conhecimento sobre o assunto abordado para aprofundar-se nele e ter a possibilidade de formar ideias próprias durante o diálogo, sem deixar que se transforme numa mera conversação. Acrescentar ideias, ou seja, contribuir e ter responsabilidade por suas ideias são atributos imprescindíveis dentro de uma Comunidade de Investigação. Os temas devem ser tratados por meio de um diálogo formal, atento às ideias expostas por todos, cuidando para não haver conversas paralelas ou mal entendidos e provocando uma mudança no modo de pensar, isto é, tornar o pensamento mais questionador, crítico e observador para melhor compreensão das coisas que acontecem ao redor. Para participarmos de uma Comunidade de Investigação precisamos conhecer os seus conceitos, saber o que é um diálogo reflexivo, conversar para refletir e produzir conhecimento. Criam-se novas ideias, reflete-se sobre elas, modifica-as e até mesmo une ideias às suas, cumpre-se o dever de respeitar e saber ouvir o

outro, mas também se é ouvido e respeitado, argumenta-se e comunica-se estabelecendo um comportamento de cidadão na comunidade, com isso os indivíduos comportam-se de modo ético, favorecendo as relações democráticas. O comportamento desses indivíduos reflete na comunidade e quando surgem conflitos eles são resolvidos pacificamente, justamente por existir respeito. O objetivo é refletir sobre o levantamento de problemas e soluções a partir de um diálogo e de atitudes éticas. A Comunidade de Investigação é um lugar onde as ideias são criticamente analisadas e compreendidas. O diálogo é a principal característica. Através dele criam-se conceitos, sendo assim, as trocas de ideias e informações geram novas teorias sobre o assunto. A Comunidade de Investigação produz investigações sistemáticas construídas por um comportamento colaborativo, todos ensinam e aprendem uns com os outros, todos são reconhecidos como alguém que merece ser ouvido, respeitado e valorizado pelo que diz. Uma Comunidade de Investigação preza pelo cuidado das pessoas e suas ideias, ela busca mostrar que cada indivíduo necessita do outro como suporte de conhecimento e emocional. Todos têm liberdade de se expressar e produzir conhecimento, todos são iguais. A intenção é estimular o processo criativo, o bem pensar, pensar criticamente e investigar profundamente todos os aspectos do objeto. Investigar é superar a mera opinião que se tem sobre um assunto, é analisar, pesquisar, submeter à reflexão crítica. O diálogo investigativo e reflexivo leva isso em consideração. Na Comunidade de Investigação é preciso estar pronto para tomar a iniciativa no grupo, interagir, expor ideias anteriormente pesquisadas, conectar-se uns aos outros para que se possa complementar as próprias ideias ou até modificá-las, construir a partir das ideias dos membros do grupo.

Em alguns depoimentos sobre seus comportamentos e atitudes antes e depois da experiência da comunidade de investigação, os discentes descreveram que:

foi desenvolvido um pensar próprio, foi aprendido a dialogar, respeitando e considerando a ideia do próximo, podendo até mesmo não aceitá-la, mas mantendo um comportamento ético, sem julgar ou criticar, sendo civilizado, pois o importante é refletir, criar e até mudar ideias uns dos outros, mas compreendendo que o próprio ponto de vista nem sempre é o correto. Aprendemos a questionar e buscar o saber tanto dentro quanto fora da escola. Quando se dialoga é possível unir pontos de vista, aproximar-se mais dos colegas e entender melhor sobre o assunto, ampliando a participação para comprovar ou provar qual ponto de vista está certo ou não. Entendemos que num debate não se fala tudo de qualquer jeito, mas de modo crítico, com uma base antes de discutir. Aprendemos e adquirimos conhecimento através das ideias dos colegas. A Comunidade de Investigação motiva a querer compreender mais sobre os conteúdos discutidos, fazendo-nos repensar sobre o nosso comportamento: “o que eu estou fazendo para melhorar ou ajudar com relação aos temas abordados em sala?”. Nossos conhecimentos foram aprimorados, criando ou complementando nossas próprias teorias, através dos pontos de vista compartilhados; aprendemos a argumentar livremente e a ouvir argumentos, assumindo que cada um depende do outro, para melhorar as próprias ideias e opiniões; precisamos das opiniões dos outros e até mesmo críticas para nos direcionarmos sobre nosso próprio pensamento. O diálogo reflexivo ajuda a melhorar o comportamento por fazer compreender que todos merecem ser ouvidos, respeitados e valorizados, que é preciso se posicionar a favor da vida, do diálogo, por mais que se tenham diferentes argumentos, do respeito na conversação sem ofensas ou atitudes antidemocráticas, da solidariedade pelos problemas dos outros e ter consciência de cada ato que se pratica.

Acerca das produções de texto que resultaram das discussões nas Comunidades de Investigação sobre a relação entre os conceitos, os estudantes escreveram:

democracia é uma forma de governo que se contrapõe à qualquer autocracia e é caracterizada por um conjunto de regras que definem os modos de adquirir o exercício do poder estabelecendo quem pode tomar decisões coletivas (cidadãos) e com quais procedimentos (a maioria dos votos), a fim de atingir uma convivência pacífica. A cidadania só é efetivada se os direitos humanos (direitos de todo cidadão como pessoa) e a paz forem exercidos, porém só teremos paz se tivermos proteção, segurança, saúde, lazer, moradia, saneamento básico, educação e trabalho e só conseguiremos isso se os direitos humanos e a democracia estiverem sendo cumpridos. A paz vem a partir do cumprimento dos direitos humanos, que não permitem que os cidadãos sejam privados de sua

individualidade e nem sejam tratados com violência. A Ética é uma ferramenta poderosa para a transformação social, com o objetivo de construir uma sociedade justa, solidária e pacífica. Ações éticas como a tolerância, o respeito à liberdade religiosa e de expressão, a compreensão, a igualdade, a convivência com o outro sem violência, a solidariedade, a responsabilidade, a justiça, a fraternidade unem-se aos princípios que regem a democracia e consolidam os Direitos Humanos, levando a sociedade que as pratica à paz. Ações de combate ao desrespeito aos Direitos Humanos e à democracia coincidem com a Ética e definem o comportamento do cidadão: um sujeito que cumpre com seus deveres, respeita as leis, para ter seus direitos garantidos e efetivados; que luta para que a justiça seja colocada em prática, visando à equidade entre os indivíduos. Um sujeito com consciência política e compromisso com a coletividade. O exercício da cidadania é, pois, um exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais que consiste no acesso dos indivíduos aos direitos fundamentais, que devem ser garantidos pelo Estado, e no cumprimento consciente de suas obrigações. O voto é um necessário e importante meio de exercer a cidadania e de participação política ativa, inclusive em relação às decisões políticas e ao debate sobre as demandas sociais, além de dever representar a atenção ao bem comum e a exigência aos governantes de uma política honesta e transparente. Ainda como forma de efetivação dos Direitos Humanos e da democracia, é preciso o fim do poder oligárquico, educação para cidadania, representação política do povo, como dizia Bobbio, a não violência, a resolução de conflitos pelo diálogo e o exercício da inclusão social, até o fim do termo “minorias” para aqueles que não têm todos os direitos respeitados. Esse é o caminho para a paz. Uma democracia sólida não existe sem a presença dos direitos, pois ela mantém poder através de leis. E acima de todas as leis está a Ética; em uma sociedade sem ética todos os outros elementos (direitos, democracia, paz e cidadania) não irão se firmar. A Ética é um pilar de sustentação da democracia, pois quando falamos de paz, dignidade humana, justiça, liberdade e respeito falamos de valores democráticos e estes valores também são valores éticos. Para zelar pela democracia é preciso ser cidadão no sentido político, mas também no sentido ético, isto é, reconhecer que todo indivíduo é portador de dignidade e como tal possui direitos, bem como deve ser cumpridor de seus deveres legais, tanto quanto de seus deveres de respeito e tolerância. É preciso que todos entendam que, embora os princípios democráticos de liberdade de opinião e de crença, por exemplo, sejam direitos, o respeito às divergências de todo e qualquer tipo e a tolerância são deveres. Uma sociedade que se pretenda democrática, pacífica, cidadã e que tenha os direitos humanos efetivados, portanto, necessita dos valores éticos, pois estes limitam as vontades individuais e preparam as pessoas para pensarem coletivamente, estabelecendo relações mais democráticas, pacíficas e de respeito aos direitos de cada um, o que encerra o conceito de cidadania para além da concepção política ou do voto. A virtude do cidadão é a participação política ativa na sociedade a qual pertence, mas também se define pelo que ele persegue: a justiça, a liberdade e a paz.

RESULTADOS

Observou-se que o trabalho com a temática deve ser contínuo. Ainda há dificuldades em obter a participação e atenção de todos os estudantes. Era sabido, no entanto, que a pretensão do projeto precisaria de um longo e repetido movimento de criação de espaço problematizador, analítico, investigativo, crítico e reflexivo. Por isso, a instauração de Comunidades de Investigação precisa ser frequente; portanto, deve ser frequente nas aulas de Filosofia o diálogo investigativo e reflexivo para favorecer a troca de ideias, a capacidade de ouvir e gerenciar negociações e divergências, o que caracteriza o âmbito democrático, e o respeito, valor fundamental para o desenvolvimento de uma cultura de paz e de efetivação dos direitos humanos, focando a prática pedagógica numa formação que inter-relaciona o bem pensar, o pensamento crítico e o comportamento ético e democrático. A

mudança de comportamento e atitudes, espera-se, vem com o tempo e a vivência de mais experiências em Comunidade de Investigação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É cada vez mais premente e necessário se estar atento para a formação ética e política dos educandos. Tendo isso em vista, o objetivo era analisar, refletir e discutir, nas aulas de Filosofia Política do 2º ano do Ensino Médio, as relações entre cidadania e direitos humanos e suas ligações com os conceitos de paz e democracia em Norberto Bobbio, estabelecendo argumentos para a promoção não só de discursos, mas de medidas e ações que tornem a sociedade, por meio dos estudantes, mais justa, mais humana e mais ativa no exercício da cidadania e no respeito efetivo aos direitos humanos, fortalecendo a noção e atitude democráticas e promovendo uma cultura de paz, por meio da concepção metodológica de comunidade de investigação.

Essa é uma pretensão que requer um longo e contínuo trabalho, mas instaurar uma comunidade de investigação filosófica pode ser um movimento em direção à realização dessa proposta, uma vez que seu caráter dialógico, reflexivo, investigativo favorece a troca de ideias, a capacidade de ouvir e gerenciar negociações e divergências, o que caracteriza o âmbito democrático, e o respeito, valor fundamental para o desenvolvimento de uma cultura de paz e de efetivação dos direitos humanos.

A discussão da cidadania e dos direitos humanos foi levantada para que os estudantes refletissem não só sobre os conceitos de cidadania, democracia, direitos humanos e paz, mas sobre suas ações em relação ao outro como um modo de reconhecer e dar efetividade, ainda que num plano particularizado, não universal (o que seria ideal), aos direitos do homem e ao exercício da cidadania.

O ambiente escolar deve ser o lugar de exercício do pensar e do dialogar. Deve ser um espaço de crescimento integral do indivíduo. No entanto, é preciso que se compreenda a escola como parte do próprio desenvolvimento pessoal, é preciso sentir-se integrando e construindo este espaço.

O profissional da educação deve promover aos estudantes momentos de reflexão, de diálogo e de aprendizagem para que possam atuar em todas as esferas da escola e da sociedade, desde a sala de aula até nas tomadas de decisões e nos

processos políticos. Por isso, a proposta estava voltada para uma atuação participativa e verdadeiramente comprometida com a qualidade na educação, propiciando na escola um espaço de crescimento e formação humana e política dos educandos.

A escola representa um microcosmo da sociedade e é exatamente por isso que o trabalho do professor precisa fundamentar-se em concepções de mundo que reflitam seriamente sobre o tipo de sociedade que quer construir e que indivíduos quer formar. A partir disso será possível compreender que não há como atuar numa escola a não ser de maneira coletiva, pois ela é um ambiente coletivo. Assim foi reconhecido o trabalho desenvolvido na escola: partir de uma temática que atinge a coletividade, a saber, os direitos humanos e a cidadania e desenvolvê-la numa discussão também coletiva – a comunidade de investigação filosófica. Todavia, é preciso salientar que a expectativa também era extrapolar os discursos e as intenções, pois é necessária a efetividade das ações. A avaliação de nossos atos deve ser contínua e dinâmica, do ponto de vista individual e coletivo, assim como a educação em direitos humanos e para a cidadania. Esse trabalho, portanto, não se encerrou nesse momento, mas deve permanecer como fomento ao processo de discussão, investigação e reflexão filosóficas desenvolvido em uma comunidade de investigação pelo diálogo reflexivo para fazer com que o discente possa observar e apreender o modo como entende o mundo, elaborar concepções e ideias e descobrir um tanto de si mesmo, desenvolvendo mudanças de comportamento e uma consciência responsável nas suas tomadas de decisões, provocando os estudantes a refletirem sobre suas atitudes.

A educação pode ser um meio de transformação de pessoas e realidades, um instrumento para a construção do caráter e da civilidade, por isso o professor deve ser agente de mudança, proporcionador dos encontros das pessoas com a realidade que as cerca e que sempre pode ser melhorada.

Inicialmente os estudantes apresentam algumas dificuldades em relação à disciplina de Filosofia, demonstrando certa relutância às exigências características da disciplina, e todos os rituais de passagem (do não compreender para o compreender, por exemplo) são enfrentados com resistência. Opor-se a essa inércia foi e é sempre imprescindível.

A ideia, então, foi, com uma metodologia dialogada e reflexiva, discutir e refletir uma temática essencial, haja vista as relações conturbadas e conflituosas

que presenciamos na escola, o discurso alardeador dos direitos de cada um na mesma medida em que o discurso sobre os deveres não é pensado, discutido e menos ainda aplicado, a temática dos direitos humanos e sua efetividade para a construção de uma realidade escolar mais cidadã, democrática e pacífica. Para isso foi tentado estimular a consciência política e uma melhor formação política no sentido em que se passasse a obter mais respostas dos discentes, participação e interesse, de modo que, com o tempo, eles entendam e pensem a realidade com maior criticidade. Obviamente isso se dá a partir de um longo processo, mas os estudantes são capazes de perceber a importância da filosofia política ao analisarem como pensavam e exprimiam suas ideias antes do trabalho filosófico de reflexão nas comunidades de investigação filosófica e depois, quando se mostraram mais críticos, maduros, questionadores, reflexivos e criteriosos. E, afinal, esse é o objetivo do educador, esse é o objetivo de tudo que é proposto como conhecimento a se aprender: provocar alguma mudança e crescimento; passar de um estado de menos conteúdo para um estado de mais conteúdo que promova a construção e produção de novas ideias capazes de fomentar novas análises, reflexões, críticas e propostas epistemológicas. A provocação foi feita e foi aceita por grande parte dos estudantes; mas essa é uma empreitada que está apenas começando.

REFERÊNCIAS

BBC. **7 perguntas para entender a origem da guerra na Síria e o que está acontecendo no país.** Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-37472074>>. Acesso em: 29 set. 2016.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

_____. **O Futuro da Democracia:** Uma defesa das regras do jogo. São Paulo/Rio de Janeiro: Campus, 2015.

_____. **O Tempo da Memória:** De senectute e outros escritos autobiográficos. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

EDUCARE, Programa. 28/2011 - Filosofia para crianças - Patrícia Rocha - Parte 2. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ioMvsl_Rq2U>. Acesso em: 27 set. 2016.

HERKENHOFF, João Baptista. **Direitos Humanos**. Uma ideia, muitas vozes. Aparecida, S.P: Editora Santuário, 1998.

LIPMAN, Mathew. **O Pensar na Educação**. Petrópolis, R.J: Vozes, 1995.

MEC. **Ética e Cidadania**. Construindo Valores na Escola e na Sociedade. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

SOUZA, Herbert de & RODRIGUES, Carla. **Ética e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 1994.

_____. Poder do Cidadão. Radis 38. Outubro, 2005.

SPLITTER, Laurance. J. & SHARP, Ann Margaret. **Uma nova Educação**. A comunidade de investigação na sala de aula. São Paulo: Nova Alexandria, 1999.

